

ATA NÚMERO 125/XII/2ª SL

30.abril.2013 – 15h00

Aos 30 dias do mês de abril de 2013, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 08, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

3. Comunicações do Presidente

4. Audiência à Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo – 15h00

5. Petição n.º 257XII/1ª da iniciativa de Federação Académica do Porto, “Pelo fim da exclusão no direito à bolsa por motivos familiares” – 16h00

- **Audição dos peticionários**
- **Deputado relator:** Pedro Delgado Alves - PS

6. Outros assuntos

7. Data da próxima reunião

Dia 7.maio.2013 - 15h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos do BE e do PEV.

2. Aprovação de ata

A ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos do BE e do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Presidente informou que baixou à Comissão o [Projeto de Resolução 688/XII, do CDS-PP e PSD, Recomenda ao Governo que tome medidas no sentido de clarificar a missão das diferentes instituições de ensino superior e articular a oferta formativa no ensino superior](#) e que está já agendada para 8 de maio a sua discussão no Plenário.

3.2 Informou depois que o Agrupamento de **Escolas de Castro Verde** pretende dar a conhecer o projeto das “**Violas Campaniças**” desenvolvido no mesmo. Atenta a agenda da Comissão, o

Presidente propôs que a audiência tenha lugar na Assembleia da República no próximo dia 22 de maio, com o seguinte alinhamento:

- ✓ 11h00 – Audiência na Comissão de Educação, Ciência e Cultura;
- ✓ 12h00 – Atuação do “Grupo de Violas Campaniças” (atuação com 12 jovens) em local a estabelecer.

Não tendo havido objeções, ficaram acertados a data e o alinhamento.

3.3. Referiu de seguida a distribuição do relatório da audiência à Associação Portuguesa de Criminologia, não se tendo registado nenhuma intervenção dos deputados.

3.4. Indicou depois o calendário das visitas a produtoras televisivas.

- ✓ Unidade de Negócios PLURAL Entertainmet - Bucelas - MEDIA CAPITAL – dia 29 de maio, de manhã, com almoço.
- ✓ Visitas às entidades a seguir referidas, com datas a estabilizar posteriormente, dependentes da marcação da data da audição regimental do Secretário de Estado do Desporto e Juventude:
 - SP Televisão – Sociedade Produtora de Televisão – Cacém – 11, 18, 25 ou 26 de junho.
 - Complexo audiovisual do Grupo Valentim de Carvalho – Paço de Arcos – 11, 18, 25 ou 26 de junho.

3.5. Por último, foi transmitida a informação seguinte, sobre a Sessão Nacional do Básico do Parlamento dos Jovens, tendo o Presidente solicitado aos Grupos Parlamentares a indicação dos deputados em falta:

Dia 06 de maio (2ª feira) – 14h00 – Trabalhos em Comissão
(Cada Comissão contará com a presença de 2 Deputados)

1ª Comissão	2ª Comissão	3ª Comissão	4ª Comissão
PSD Dep. Isilda Aguincha	PS Dep. Rui Duarte	CDS-PP Dep. Michael Seufert	PCP A indicar
PEV Dep. Heloísa Apolónia	BE A indicar	PS Dep. Pedro Delgado Alves	PSD Dep. Emília Santos

Dia 07 de maio (3ª feira) – 10h00 – Resposta às perguntas, em Plenário

- PSD - Dep. Isilda Aguincha
- PS - Dep. Rui Duarte
- CDS-PP - Dep. Michael Seufert
- PCP - A indicar
- BE - A indicar
- PEV - Dep. Heloísa Apolónia

Informou ainda que na Sessão Nacional do Secundário, nos dias 27 e 28 de maio, estará representada uma escola de Timor.

Referiu também que as sessões nacionais do Parlamento dos Jovens têm pouca visibilidade exterior, nomeadamente a nível da comunicação social, tendo solicitado aos deputados que ponderem esta matéria e apresentem propostas que permitam melhorar este aspeto.

4. Audiência à Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo - 15h00

A Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo estava representada pelos Drs. António Sarmento e João Muñoz e pelo Irmão António Leal.

O Presidente da Direção, Dr. António Sarmento, informou que tiveram eleições recentes, pelo que há novos titulares dos corpos sociais, sendo a sua apresentação o motivo principal da audiência pedida, tendo identificado os membros da Direção que estavam presentes e bem assim os restantes, que não tinham vindo devido a outros compromissos. Referiu depois que têm cerca de 500 associados, entre escolas particulares e cooperativas.

Indicou que a preocupação principal da Associação é a revisão profunda do Estatuto Particular e Cooperativo, que está a ser preparada pelo Governo, com quem estão em diálogo, estando as negociações bem encaminhadas. Indicou como mais relevante a possibilidade de as escolas terem o seu projeto, de forma autónoma em relação ao projeto público.

Manifestaram também expectativa quanto ao estudo sobre os custos do ensino particular e cooperativo que vai ser tido em conta, se aquele que o Parlamento pediu ao Tribunal de Contas, se o do Ministério da Educação e Ciência, que tem várias divergências, manifestando preferência pelo primeiro.

Salientaram ainda a preocupação com a qualidade das escolas e o seu acompanhamento e bem assim o seu empenhamento em relação à certificação das escolas e ao acompanhamento do mesmo.

Interveio depois a deputada Isilda Aguincha (PSD), que pediu informação complementar sobre os projetos desenvolvidos no âmbito do fator inovação e bem assim os trabalhos a nível dos jovens com carências socioeconómicas e das crianças com necessidades educativas especiais.

O deputado Acácio Pinto (PS) salientou que para o PS a Associação é um parceiro para a definição das políticas educativas e que querem um serviço público de educação de qualidade. Manifestou preocupações com o rumo que o Governo tem dado à Educação, salientando que o interesse do PS é o serviço público de educação.

Referiu que o Conselho Nacional de Educação indicou no seu relatório sobre o Estado da Educação 2012, que os valores para a Educação regrediram para os níveis de 2001. Indicou que o PS está disponível para o debate sobre a alteração das normas enquadradoras do ensino, manifestando preocupação com as alterações que têm vindo a ser introduzidas pelo Ministério da Educação e Ciência, que consideram muito experimentalistas.

A deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) indicou que a revisão do Estatuto é um marco fundamental e salientou que defendem mais autonomia curricular das escolas e mais contratos de associação. Questionou depois quais os indicadores de qualidade que vêm utilizando e pediu para se pronunciarem sobre as indicações que têm sido divulgadas de que não aceitam alunos com necessidades económicas e educativas.

O deputado Miguel Tiago (PCP) manifestou a disponibilidade do PCP para os contactos que a Associação entender adequados, não obstante as posições conhecidas do PCP em relação às escolas e ao ensino particular e cooperativo. Referiu ainda a marcha no corte nas despesas com educação, nomeadamente nos contratos de associação, salientando que, eventualmente, não afeta os colégios maiores.

Na sequência das questões colocadas pelos deputados e das observações feitas, o Dr. António Sarmento agradeceu o reconhecimento do papel fundamental da Associação na procura de soluções e salientou que representam os seus associados, proprietários de colégios. Defendeu que todos os colégios prestam serviço público de educação, tenham ou não contratos de associação e todos devem ter apoios.

Realçou o empenho destes estabelecimentos em tornar mais ágil a inovação e deu exemplos de vários colégios. Salientou que vários colégios têm sido um motor de inovação em zonas de carência de escolas públicas, mesmo em casos em que apenas têm contratos simples, referindo a boa resposta dos colégios.

Em relação ao ensino especial, salientou que nos últimos anos se têm verificado muitas variações legislativas e referiu que o ensino particular e cooperativo tem respostas específicas. No que respeita à autonomia curricular, defendeu a possibilidade de utilização de regimes experimentais, salientando que o Ministério da Educação e Ciência tem aceiteado algumas autonomias e nalguns casos adota-as depois na escola pública. Referiu também que já têm alguns projetos no âmbito das metas curriculares.

Por último, referiu que o ensino particular e cooperativo está aberto a todas as inspeções e não querem ser vítimas de suspeitas. Salientou ainda, que com a revisão do Estatuto, que tem 30 anos, se abrem muitas possibilidades.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão, na internet](#).

5. Petição n.º 257XII/1ª da iniciativa de Federação Académica do Porto, “Pelo fim da exclusão no direito à bolsa por motivos familiares” – 16h00

Os peticionários agradeceram a oportunidade de poderem apresentar as motivações que justificaram a apresentação da petição e que, em suma, se expõem:

- Discordam do previsto no Regulamento da Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, relativamente à não atribuição de bolsa aos estudantes carenciados, quando um elemento do seu agregado familiar tenha a situação não regularizada junto da Administração Fiscal e da Segurança Social;
- Consideram que existe uma incoerência relativamente ao conceito de agregado familiar previsto na Lei fiscal, por se encontrar baseado no conceito de economia comum, o que

quer dizer que um estudante pode ser penalizado por uma dívida de membros do seu agregado, mesmo que este não faça parte do seu agregado familiar fiscal;

- Pese embora reconheçam o esforço que está a ser feito pelo País, no sentido da consolidação orçamental, entendem que o indeferimento das bolsas conduz os estudantes carenciados para o abandono escolar e ainda por cima, com o estigma de serem incumpridores;
- Por último, lamentaram que, por razões burocráticas, esteja a ser negado aos jovens mais carenciados o direito de estudar, mesmo tendo sucesso académico.

O Sr. Deputado Duarte Marques (PSD) elogiou a iniciativa do direito de petição, e disse compreender os argumentos expostos e a injustiça que esta problemática configura para muitas famílias, considerando que se trata de um bom contributo para a realização de um debate interno no PSD sobre esta matéria. Fez ainda referência ao número de estudantes nestas condições - cerca de 800 -, apontado pelo Ministro da Educação e Ciência.

O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves (PS) considerou que este é um erro de conceção do [Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho](#), que carece de ser corrigido. Assim, solicitou a colaboração de todos os Grupos Parlamentares, no sentido da alteração urgente desta situação, entendendo que não podem ser imputados aos estudantes responsabilidades que não são suas.

A Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) disse concordar com o princípio exposto, manifestando a abertura do CDS-PP para fazer alguns ajustamentos, dado o contexto em que nos encontramos. Colocou ainda algumas questões, nomeadamente sobre o número de bolsas rejeitadas por força desta condição, uma vez que o número aventado pelo Governo foi contestado pelas associações de estudantes.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) sublinhou as incongruências que, há muito, o PCP vem denunciando no regime de atribuição de bolsas. Considerou que os estudantes do ensino superior se confrontam hoje com dois grandes problemas: por um lado, o valor elevado das propinas, que é dos mais elevados da Europa, e por outro, a insuficiência estrutural do regime de atribuição de bolsas, sendo Portugal o país da Europa onde é mais caro estudar.

A Sra. Deputada Catarina Martins (BE) referiu-se a uma pergunta que o BE dirigiu às instituições de ensino superior, no ano passado, sobre o número de estudantes que viram a sua bolsa recusada por esta razão. Não tendo presente o número total apurado, afirmou que só na Universidade do Porto eram 920. Considerou inaceitável que se negue o acesso ao ensino superior, considerando que se trata de um direito e de uma exigência para a qualificação da população.

Para terminar, os peticionários referiram que esta regra impede a prossecução dos estudos a muitos jovens e afirmaram que este não é o único desafio que se coloca atualmente aos estudantes, fazendo referência à necessidade de alterar o regulamento das bolsas, nomeadamente ao nível do aumento do limiar de elegibilidade, de forma a abranger mais estudantes.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na internet](#).

6. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

7. Data da próxima reunião

Dia 7.maio.2013 - 15h00

A reunião foi encerrada às 16:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 de abril 2013

O PRESIDENTE

(Ribeiro e Castro)

Ata aprovada na reunião da Comissão de 07 de maio de 2013.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Enes
Duarte Marques
Inês de Medeiros
Isidro Araújo
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Rui Pedro Duarte
Ana Oliveira
Catarina Martins
Emília Santos
Inês Teotónio Pereira
Jacinto Serrão
João Prata
Laurentino Dias

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Luís Fazenda
Michael Seufert
Odete João